Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A HISTÓRIA ANTIGA CONTADA ATRAVÉS DO OLHAR:
Os resquícios dos elementos da arquitetura da Antiguidade nas fachadas de Corumbá (MS)

THE ANCIENT HISTORY TOLD THROUGH THE LOOK:
The remnants of the elements of the architecture of Antiquity in the facades of Corumbá (MS)

NATHALIA MONSEFF JUNQUEIRA[1]

RESUMO

A cidade de Corumbá, fundada em 1778, foi invadida pelos paraguaios em 1865, durante o período da Guerra do Paraguai (1864-70). Esse conflito foi o responsável pela destruição de várias vilas e fortificações na fronteira sul de Mato Grosso. Por conta da destruição, o espaço precisou ser reorganizado, recebendo novas instituições que auxiliaram no desenvolvimento da cidade. Este artigo apresenta como objetivo expor os elementos arquitetônicos que nos remetem àqueles utilizados no mundo antigo na construção de edifícios e no embelezamento da cidade, principalmente a grega, que são facilmente encontradas nas fachadas das casas e edifícios civis e religiosos espalhados pela cidade de Corumbá. Essas fachadas, em minha análise, são fontes históricas porque são a materialização de um passado que já não existe mais, mas que pode ser reinterpretado pelos historiadores. A minha proposta é mostrar como é possível estudar História Antiga através delas e, ao mesmo tempo, reforçar a necessidade da cidade em proteger o seu patrimônio cultural não somente como um elemento de construção da história de Corumbá, mas também como um componente curricular das escolas, contribuindo para o desenvolvimento da educação patrimonial nesta região.

Palavras-chave: Corumbá. Arquitetura Antiga. História Antiga. Patrimônio Histórico. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The city of Corumbá, founded in 1778, was invaded by Paraguayans in 1865, during the period of the Paraguayan War (1864-70). This conflict was responsible for the destruction of several villages and fortifications on the southern border of Mato Grosso. Because of the destruction, the space had to be reorganized, receiving new institutions that helped in the development of the city. This article aims to expose the architectural elements that refer us to those used in the

[1] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal (UFMS/CPAN). *E-mail*: nathalia.m.junqueira@ufms.br.

ancient world in the construction of buildings and in the beautification of the city, especially the Greek, which are easily found in the facades of the houses and civil and religious buildings scattered throughout the city of Corumbá. These facades, in my analysis, are historical sources because they are the materialization of a past that no longer exists, but that can be reinterpreted by historians. My proposal is to show how it is possible to study Ancient History through them and, at the same time, reinforce the need of the city to protect its cultural heritage not only as an element of construction of the history of Corumbá, but also as a curricular component of schools, contributing to the development of heritage education in this region.

Keywords: Corumbá. Ancient Architecture. Ancient history. Historical Heritage. Heritage Education.

INTRODUÇÃO

A cidade de Corumbá foi fundada no ano de 1778, à margem direita do Rio Paraguai, pertencendo à Capitania de Mato Grosso, criada em 1748. Segundo Lúcia Salsa Corrêa (1999) foi Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador desta Capitania entre 1772 e 1788, quem ordenou a fundação de novas localidades com a intenção de ocupar as fronteiras, evitando o avanço dos espanhóis por essas regiões. Dessa forma, surgiram as povoações de Forte Coimbra (1775), “Albuquerque (Corumbá) e Vila Maria (Cáceres) em 1778” (CORRÊA, 1999, p. 19). Segundo Valmir Batista Corrêa (2006), foi Marcelino Rodrigues Camponês, juntamente com alguns colonos, em 21 de setembro de 1778, que teria tomado posse dessa região, demarcando o local através de uma cruz. Corumbá foi elevada à categoria de vila quase um século depois, em 1862 (SENA, 2015, p. 39), e recebe a denominação de cidade pela Lei Provincial n.º 525, de 15-11-1878.

Essa fronteira sul da Capitania começou a se desenvolver a partir de meados do século XIX, devido à navegação no Rio Paraguai, apesar das restrições impostas à navegação pelo Paraguai (CHAPARRO, 2020, p. 23). Segundo a pesquisa empreendida por Divino Marcos de Sena (2017, p. 39), após os tratados assinados entre o Brasil e a Argentina (1856) e entre o Brasil e o Paraguai (1858) retirando alguns entraves que impediam a livre navegação na Bacia do Prata e no Rio Paraguai, a região de Corumbá, devido ao seu porto, passou a se desenvolver através da compra e da venda de diversos produtos.

De acordo com o viajante Bartolomé Bossi[2], esse desenvolvimento seria visível nas construções das cidades em 1862, ano que ele navegou pelo Rio Paraguai. Segundo o seu relato,

> Corumbá, povoado novo, que começa a se formar, pode dizer-se, está situado sobre o barranco; seu porto é regular; possui um quartel, excelente edifício onde há uma força de cento e tantos artilheiros. Essa posição militar domina o porto e o rio. Um pouco mais abaixo está a alfândega, um enorme rancho que contém todas as seções necessárias e, a cada dia, aumentam os edifícios de construção modesta, como albergue provisório de habitantes que se preparam para entrar em uma vida mais ativa e próspera. (2008, p. 50).

A historiadora Lúcia Salsa Corrêa escreve que, nesse ano, a cidade de Corumbá tinha "36 edifícios de alvenaria, 29 em construção e 109 ranchos cobertos de palha" (1999, p. 100). Entretanto, esse desenvolvimento econômico e urbano foi interrompido com a invasão dos paraguaios em 1865, durante o período da Guerra do Paraguai (1864-70). Esse conflito foi responsável pela destruição de várias vilas e fortificações na fronteira sul de Mato Grosso. Por outro lado, a derrota do Paraguai no final da guerra colocou fim aos entraves na navegação dos barcos nacionais e internacionais pelo rio Paraguai, facilitando as "atividades comerciais, extrativas e agropecuárias" (SENA, 2015, p. 40) de Corumbá.

Essa nova conjuntura favoreceu o desenvolvimento da vila de Albuquerque, sendo, de acordo com Corrêa "o período de restauração do centro urbano e da rearticulação das atividades comerciais que impulsionaram o crescimento de sua população e permitiram que a cidade ganhasse força no cenário político e econômico regional" (1981, p. 68). A população passou alguns anos reconstruindo a cidade, uma vez que somente 20 edificações sobreviveram à guerra, a maioria quase em ruínas (CORRÊA, 1999, p. 100). Por conta da destruição, o espaço precisou ser reorganizado, recebendo novas instituições que auxiliaram no desenvolvimento da cidade. A abertura da navegação e o desenvolvimento da área do porto facilitaria o contato de Corumbá com outras cidades do Brasil e da América do Sul, através das trocas comerciais, de ideias

[2] Segundo Jorge Brito, Bartolomé Bossi era um genovês, nascido por volta de 1819, e morava desde jovem em Buenos Aires. Em 1862, decidiu comandar uma expedição ao interior de Mato Grosso, que partiu de Montevidéu. Após essa expedição, Bossi comandou várias outras pelo interior da América do Sul. Ele morreu em Niza, Itália, em 1890 (BOSSI, 2008).

e, também, de novos elementos arquitetônicos que auxiliaram no desenvolvimento da urbe pelas décadas subsequentes.

Diante do exposto, este artigo apresenta como primeiro objetivo expor os elementos arquitetônicos que nos remetem àqueles utilizados no mundo antigo na construção de edifícios e no embelezamento da cidade, principalmente a grega, que são facilmente encontradas nas fachadas das casas e edifícios civis e religiosos espalhados pela cidade de Corumbá. Para isso, analisarei algumas imagens das fachadas dos prédios selecionados, evidenciando alguns elementos clássicos, como a cornija, o capitel e as colunas. Na sequência, trarei para este artigo um breve histórico do nascimento do patrimônio cultural e da teorização do monumento histórico e como essas questões balizaram a política de proteção dos bens culturais no município.

Essas fachadas, em minha análise, são fontes históricas porque são a materialização de um passado que já não existe mais, mas que pode ser reinterpretado pelos historiadores. A minha proposta é mostrar como é possível estudar História Antiga através delas e, ao mesmo tempo, reforçar a necessidade da cidade em proteger o seu patrimônio cultural não somente como um elemento de construção da história de Corumbá, mas também como um componente curricular das escolas, contribuindo para o desenvolvimento da educação patrimonial nesta região.

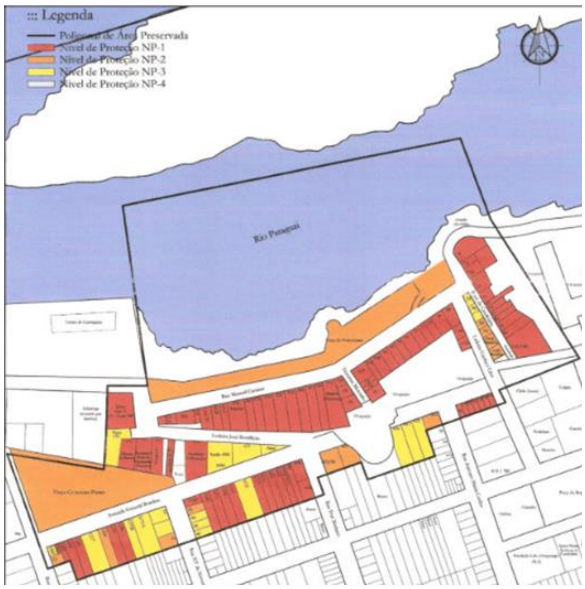
1. UMA ANÁLISE DAS FACHADAS DE CORUMBÁ

As cidades se tornaram espaços para a manifestação política, cultural, econômica e da diversidade da sua população. Elas são organismos vivos, fluídos e em constante mutação. Isso se torna perceptível quando analiso as fachadas dos conjuntos que compõem as cidades, pois elas vão sendo moldadas de acordo com as correntes arquitetônicas desenvolvidas ao longo dos séculos. Corumbá, mesmo estado afastada dos grandes centros urbanos do século XIX e XX, acompanhou as mudanças no estilo de construções, já que é possível observar tendências arquitetônicas que são caracterizadas como neoclássica, art déco e modernista (DELVIZIO, 2004).

Para este trabalho, selecionei a fachada de alguns edifícios da cidade que englobam as esferas pública, privada e religiosa nas quais os elementos que

remetam a arquitetura antiga clássica estejam presentes. Alguns desses edifícios encontram-se na área do Casario do Porto, tombado em 28 de setembro de 1993[3], que corresponde ao antigo porto da cidade e a rua do Comércio, hoje denominada de rua Manoel Cavassa, além de outras ruas. As outras estruturas escolhidas para a análise ficam localizadas no chamado entorno (ruas Firmo de Matos, Cuiabá e Ladário) (fig.1) e designadas como área de interesse, ou seja, são espaços que ainda não estão regulamentados por leis municipais de preservação do patrimônio cultural.

Figura 1 - Planta da área tombada de Corumbá.



Fonte: FERNANDES, Hélènemarie Dias. A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá-MS no contexto de desenvolvimento local. 2009.

Esses elementos antigos também são percebidos em outros espaços, como o cemitério[4] ou o interior das casas, entretanto, o foco do artigo serão as fachadas, por estarem visíveis por todos aqueles que circulam pela cidade. Algumas dessas fachadas foram fotografadas no início do século XX e estas fotografias se encontram neste artigo, juntamente com as suas imagens dos dias atuais. A decisão por esse método visa evidenciar o tratamento dado a esses

[3] Para mais informações, acessar o endereço eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/252.

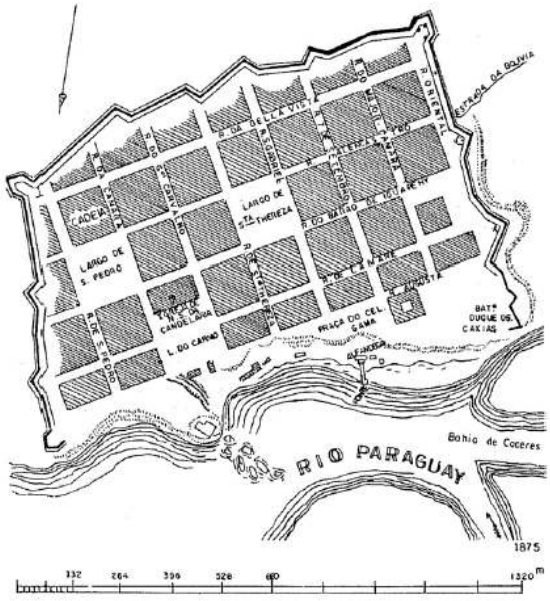
[4] Para saber mais sobre o cemitério, sugiro a leitura do artigo Oliveira, Marco Aurélio Machado de; Junqueira, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. In: **Revista Transporte y Territorio**, núm. 15, p. 388-403, 2016.

edifícios ao longo das décadas, contribuindo para a proposta da viabilidade de proteção desse patrimônio arquitetônico de Corumbá ao atribuir novos usos para essas edificações.

Retomando a discussão acerca do desenvolvimento da cidade, João Bosco Urt Delvizio (2004, p. 39) afirma que a povoação de Albuquerque (Corumbá) iria ampliar sua área urbana, com novas repartições e quartéis somente a partir de 1857, a mando do então presidente da província, o Almirante Joaquim Raimundo Delamare, que será homenageado posteriormente na cidade, nomeando umas das principais ruas do centro da urbe. Essa afirmação vai ao encontro do estudo de Manuel C. Teixeira, que afirma que eram adotados cinco conceitos fundamentais na fundação das novas cidades medievais: “plano, poder, regularidade, ortogonalidade e teoria” (2005, p. 146).

Esses preceitos também podem ser aplicados a Corumbá, uma vez que esse modelo foi adequado pelos portugueses no povoamento das colônias. Além disso, cabe ressaltar que a cidade sofreu danos consideráveis durante a sua retomada na Guerra do Paraguai, sendo necessário um processo de renovação, buscando se consolidar como uma importante cidade fronteiriça, pois desempenhava um papel de destaque na economia e no desenvolvimento da região sul de Mato Grosso. Para essa consolidação, Corumbá precisaria se reafirmar no cenário nacional, agora no campo militar, com a construção do Forte Junqueira (imagem 4). No plano urbanístico, através da liderança do Almirante Delamare, haveria um comprometimento com o planejamento urbano, respeitando o seu traçado ortogonal, no qual há um alinhamento com ruas largas e áreas de largos, como observado na imagem a seguir:

Figura 2 - Planta da cidade de Corumbá em 1859 elaborada a mando do Almirante Delamare.



Fonte: DELVIZIO, João Bosco Urt. Patrimônio arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. 2004.

Analisando a espacialidade de Corumbá, ela apresenta um planejamento urbano muito similar ao aplicado em cidades antigas: a planta da cidade é regular, semelhante a um padrão geométrico, com uma organização ortogonal das ruas e quarteirões, o que possibilitava uma divisão muito parecida entre os lotes e uma facilidade para a movimentação dentro da urbe.[5] De acordo com Wycherley (2010, p. 1-2) “tratava-se do mais elementar dos planos, a assim chamada ‘grade’ ou ‘tabuleiro’, com ruas retas que se cruzavam em ângulos retos”, um método que gerava poucas complicações, principalmente para os colonos no momento de divisão das novas terras conquistadas.

Esse planejamento das cidades teria sido criado por Hipodamo, que teria nascido em Mileto por volta de 498 a.C. e que, segundo Aristóteles, ele teria “inventado a divisão das cidades em blocos e recortado o Pireu” (Aristóteles. Política. 2.1267b). Outro ponto a ser destacado figura-se no local designado para a construção dos edifícios religiosos, militares ou civis, que se localizam em

[5] Durante o período da Antiguidade Tardia, observa-se que diversos elementos do mundo antigo foram mantidos ou adaptados para o novo contexto histórico que estava se desenvolvendo. O traçado das ruas, a adaptação dos antigos templos pagãos em novas igrejas cristãs são alguns exemplos dessa prática.

pontos de destaque na cidade, como a Igreja da Nossa Senhora da Candelária, inaugurada em 1877, mas que já era representada no mapa elaborado a mando do Almirante Delamare em 1859, e a Casa de Cultura Luiz de Albuquerque, nome escolhido em homenagem ao fundador a cidade, cujo início da construção data de 1871.

Imagem 1 - Igreja da Nossa Senhora da Candelária e a Casa de Cultura Luiz de Albuquerque.



Fonte: Site da Prefeitura de Corumbá.

Imagem 2 – Igreja da Nossa Senhora da Candelária.



Fonte: Acervo particular da autora. 2022.

Imagem 3 – Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (sob restauro).



Fonte: Acervo particular da autora. 2022.

Outro edifício que se destaca na paisagem da cidade é o Forte Junqueira, construído em 1872, após o fim da Guerra do Paraguai. Nesse período, o forte estava localizado no limite da urbe, sendo o responsável pela defesa da cidade, já que também está localizado às margens do rio Paraguai. Atualmente, essa construção faz parte do 17º Batalhão de Fronteira, sob o Comando do Exército.

Imagem 4 – Forte Junqueira



Fonte: Acervo particular da autora. 2017.

Após essa pequena introdução a respeito da disposição de alguns edifícios da cidade que serão analisados no decorrer deste artigo, torna-se necessária uma explanação de alguns elementos da arquitetura grega. Talvez a melhor construção antiga que nos auxilia na visualização desses elementos e que permeia o imaginário popular são os templos gregos (imagem 5), uma vez que muitos deles sobreviveram até a atualidade. Diferentes dos espaços dedicados a outras religiões, o templo antigo era um local de abrigo para a estátua do deus ao qual aquele templo era dedicado e o acesso ao seu interior era permitido somente aos sacerdotes. Aos adoradores daquele deus restava admirar a estátua através da porta de acesso do templo (Duarte, 2018, 135). A grandiosidade e a ornamentação do templo imprimiam, naquela cidade-estado, uma identidade e poder em relação às outras sociedades.[6]

[6] Para um estudo mais aprofundado, sugiro a seguinte leitura: LAWRENCE, A. W. **Greek architecture**. England: Yale University Press, 1983.

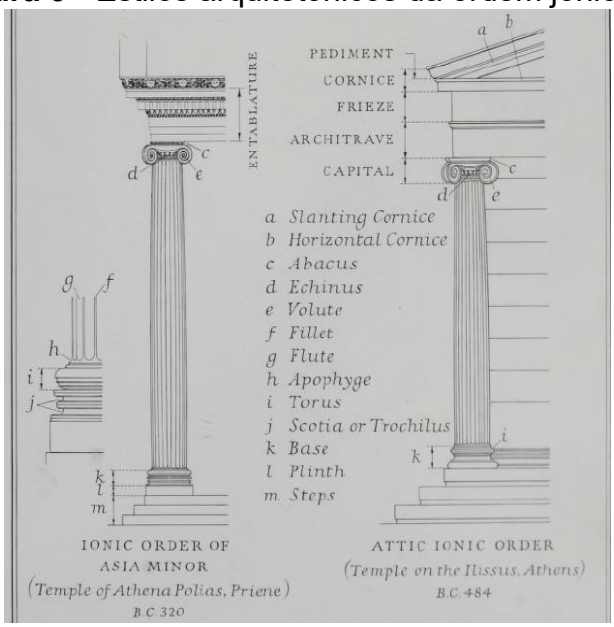
Imagem 5 - Vista externa do Templo da Concórdia, em Agrigento.



Fonte: Foto de Berthold Werner (*Wikimedia Commons*).

Alma Rodriguez (2012) ressalta que os gregos adotaram dois tipos principais de estilos no desenvolvimento da arquitetura: o dórico e o jônico. O estilo jônico foi usado nas cidades da Jônia (costa oeste da Turquia) e algumas das ilhas do mar Egeu, sendo um estilo mais descontraído e decorativo. Já o estilo dórico, que foi usado na Grécia continental e se espalhou para colônias gregas na Magna Grécia, apresenta características mais formais e austeras. Há, também, o estilo coríntio mais ornamentado, que teve o seu desenvolvimento posterior aos anteriores. Esses estilos são mais conhecidos através das três ordens de capitéis de coluna, como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 3 - Estilos arquitetônicos da ordem jônica.

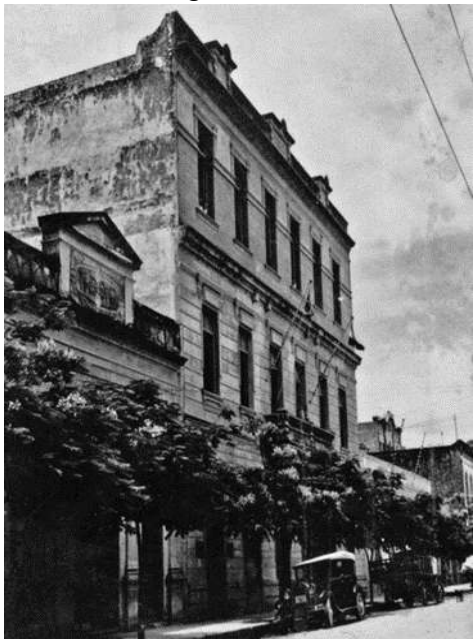


Fonte: LAWRENCE, A. W. Greek architecture. England: Yale University Press, 1983.

O primeiro elemento a ser analisado neste trabalho é a cornija, que fica localizada acima do entablamento e tem o formato triangular. Nos templos gregos, a cornija se destaca, uma vez que nenhum outro elemento arquitetônico é construído ao seu redor (imagem 5). Nos edifícios selecionados, observamos esse destaque dado à cornija na entrada do Forte Junqueira (imagem 4) e no comércio da rua Manoel Cavassa (imagens 6 e 7).

Delvizio (2004) afirma que as construções localizadas na região do Porto Geral tinham como função a estocagem de produtos, funcionando como armazéns. Dessa forma, essas instalações foram projetadas sem um vão entre elas, permanecendo coladas umas às outras, com um desenho retangular (imagens 7 e 16). Costumavam ser projetadas com o pé direito alto, facilitando a inserção de portas e janelas altas. Para Teixeira, (2005, p. 145), essas características seriam encontradas nas construções medievais, nas quais o tamanho da face da frente dos lotes permitia a construção de três vãos, preenchidos por uma porta e duas janelas, uma característica das construções espalhadas pela cidade. Em relação à decoração, são visíveis os “elementos arquitetônicos variados ligados ao estilo neoclássico e, por essa razão classificada como de predominância eclética.” (DELVIZIO, 2004, p. 48).

Imagem 6 - Edifícios comerciais que abrigavam as empresas Wanderley Baís & Cia na antiga rua do Comércio.



Fonte: site da Prefeitura de Corumbá.

Imagem 7 - Imagem atual da rua Manoel Cavassa com destaque para o Museu de História do Pantanal (Muphan) a direita.



Fonte: Acervo particular da autora. 2022.

Em Corumbá é muito comum observar a data de construção das edificações na sua própria fachada. No caso do comércio localizado ao lado do Muhpan (imagem 7), a datação do prédio está localizada dentro da cornija, o ano de 1914. Esta prática também pode ser vista na imagem 11, uma vez que a datação da casa também aparece na fachada, estando localizada acima da porta de entrada e na imagem 17.

Já nas imagens da Igreja Nossa Senhora da Candelária (imagem 2), da Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (imagem 3) e do Iphan (imagens 8 e 9), a cornija vem acompanhada de uma fileira composta de uma parede intercalada por séries de balaústres. Todavia, mesmo a cornija estando acompanhada pelos balaústres, ela está projetada na parte superior dessas construções. A cornija pode conter, além da datação do edifício, outro elemento decorativo, como o brasão da República encontrado no Iphan ou o brasão de Armas de Mato Grosso, no caso da Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (Imagem 3).

Imagem 8 - Alfândega, localizada no porto de Corumbá.



Fonte: site da Prefeitura de Corumbá.

Imagem 9 - A antiga Alfândega abriga atualmente o Escritório Técnico do Instituto de Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN).



Fonte: Arquivo pessoal. 2022.

Retomando a afirmação de que as cidades se tornaram palco para a manifestação artística e cultural de seus habitantes, quando analiso a fachada da casa com a data de 1917 acima da porta (imagens 10 e 11), observo uma apropriação da cornija, agora com um formato mais arredondado e compondo a ornamentação das janelas. O interior está preenchido com arabescos e os balaústres aparecem na parte inferior das janelas. Na imagem 12, a cornija se encontra acima da porta e da única janela na face da frente do terreno. Neste caso, não há ornamentações dentro delas, mas o desenho dela apresenta um

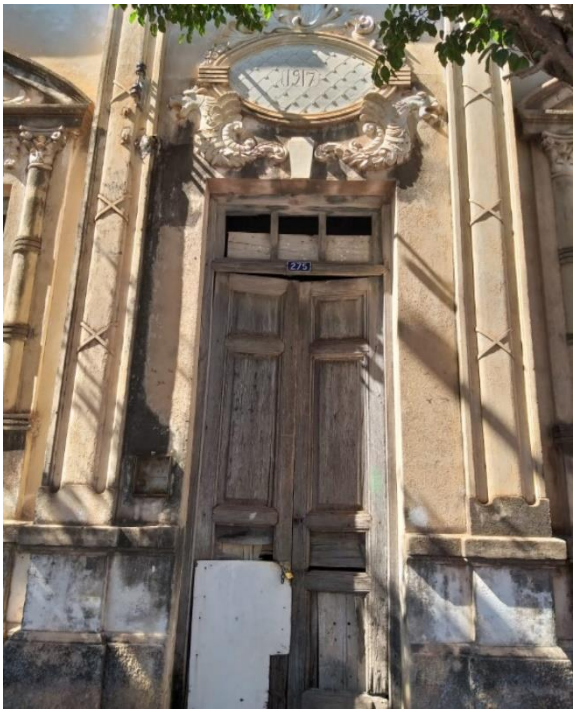
espaço entre os lados inclinados da cornija, diferente do encontrado na imagem 9, por exemplo.

Imagem 10 - Janelas de uma casa localizada na rua Tiradentes.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 11 - Porta com a datação da casa que está localizada na rua Tiradentes.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 12 - Fachada de uma residência localizada na rua Delamare.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2018.

Esta prática se insere em uma vertente dos estudos arqueológicos chamada de Arqueologia da Arquitetura. Segundo Regina Helena Rezende, “essa área do conhecimento procura ver as construções como elementos ativos, produtos culturais que interagem de forma dinâmica com o homem” (2006, p. 11). Dessa forma, os edifícios não seriam somente espaços de abrigo, mas também locais de expressão cultural, ideológica e do status social de um determinado grupo. A residência da rua Tiradentes (imagens 10 e 11) se destaca naquele trecho da via em relação às outras residências, conduzindo a sua análise para o status social e econômico que os seus moradores queriam imprimir na cidade a partir da construção da sua morada.

Em diversas fachadas na cidade, localizadas principalmente no centro da cidade, encontramos a coluna como um elemento decorativo, emoldurando as janelas e portas desses espaços. Nas imagens de duas casas situadas na rua Tiradentes (imagens 10 e 13), entre as ruas Delamare e Treze de Junho, observamos as duas formas das colunas serem projetadas: mais arredondadas e menores em tamanho (imagem 10) ou mais retangulares e mais altas (imagens

13 e 14). Em alguns casos, o corpo da coluna, chamado de fuste, é marcado pelas caneluras, ou sulcos longitudinais, como naquelas encontradas na imagem 15. Na loja maçônica Estrela do Oriente (fig. 21 e 22), as colunas são altas, arredondadas e robustas e estão posicionadas na frente do edifício, assemelhando-se as colunas dos antigos templos gregos.

Imagem 13 - Capitel em estilo coríntio na fachada de uma casa na rua Tiradentes



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 14 - Capitel em estilo coríntio na fachada de um comércio na rua Manoel Cavassa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022

Como já mencionado anteriormente, um dos elementos arquitetônicos escolhido para demonstrar a influência neoclássica na arquitetura de Corumbá é o capitel. Observando a figura 3, é possível visualizar três tipos de capitéis, que seguem o mesmo nome dos estilos arquitetônicos gregos. O menos ornamentado é o dórico, “que consiste em uma simples gola com uma suave saliência redonda chamada equino encimada por uma peça quadrada, o ábaco” (ROTH, 2017, p. 25). Esse tipo de capitel é encontrado com maior facilidade na cidade e podemos observá-lo nas fachadas do prédio do Iphan (imagem 9), da casa Wanderley Bais & Cia (imagem 7), no Forte Junqueira (imagem 4) e na Igreja Nossa Senhora a Candelária (imagem 2).

O capitel mais decorado é o coríntio, por ser mais alto, ele permite agregar duas ou três camadas de ornamentação, que costumam ser folhas de acanto estilizadas (RODRIGUEZ, 2012). Esta decoração também é recorrente nos edifícios em Corumbá, permitindo afirmar que muitos proprietários se preocupavam em imprimir nas fachadas uma decoração mais elaborada, buscando explicitar a sua posição social na cidade, como observado nas imagens a seguir:

Imagem 15 - Comércio localizado na rua Manoel Cavassa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 16 - Casas na rua Delamare.



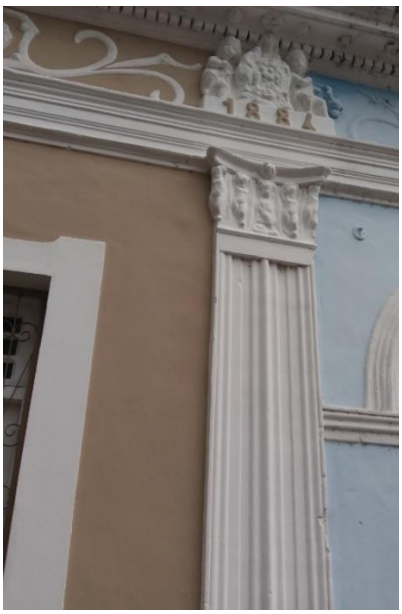
Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Analisando as imagens 15 e 16, é perceptível a semelhança na disposição dos edifícios, não importando se elas forem um comércio ou residências, respectivamente. Na análise que Delvizio faz da arquitetura da cidade, esses

> conjuntos são constituídos por casas geminadas em fila, que se assemelham aos armazéns do porto por serem edificadas no alinhamento predial, implantadas lado a lado, emoldurando os quarteirões, e pelo emprego de elementos arquitetônicos, tais como: platibanda, frontão, balaustradas, frisos, colunas, enfatizando o estilo eclético da sua arquitetura (2004, p. 50).

Em ambos os conjuntos, os frisos, que estão alocados na parte superior das fachadas são ornamentados com arabescos, além da datação das edificações no caso da imagem 17, correspondendo ao ano de 1884.

Imagem 17 - Data encontrada na fachada das casas na rua Delamare.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A escolha pelas residências da rua Delamare (imagem 16) ocorreu pelo fato de que, mesmo tendo sido construídas em 1884, os capiteis são em estilos diferentes, coríntio e dórico, agregando, de acordo com a minha análise, uma escolha proposital do contratante da obra, creditando uma identidade diversa para cada casa em uma construção que aparenta ser única. Essa prática do uso de diferentes capiteis na mesma fachada também pode ser encontrado nas últimas fachadas analisadas nesse texto. Na imagem 18 é possível visualizar o capitel dórico, já descrito anteriormente, acima das colunas que emolduram as

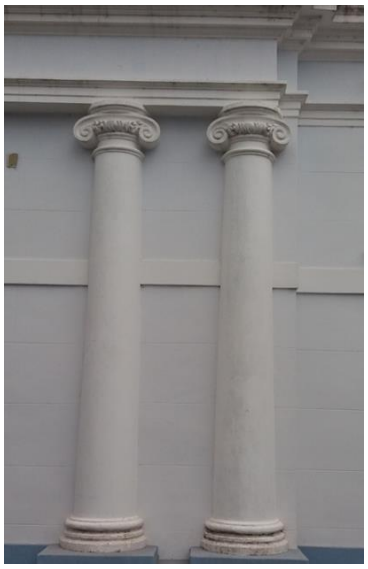
janelas e o capitel jônico, acima das colunas com caneluras, decorando o exterior da residência. Este estilo de capitel desenvolvido pelos antigos helênicos foi largamente usado nas construções gregas do Oriente Próximo entre os anos de 600 a 450 a.C. (LAWRENCE, 1983, p. 90). As volutas, neste estilo, são espiraladas, sustentando um fino ábaco e o equino ganha um formato mais retangular, como representado na imagem 18. Na imagem 19, as volutas estão mais arredondadas e inclinadas para baixo, quase circundando a coluna. Este estilo é pouco utilizado na decoração das fachadas na cidade.

Imagem 18 - Capitel em estilo jônico localizado na fachada de uma casa na rua Ladário.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 19 - Capitel em estilo jônico localizado na loja maçônica Estrela do Oriente.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

Imagem 20 - Fachada da loja maçônica Estrela do Oriente.



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2018.'

As cidades são testemunhas dos seus diversos períodos históricos e, ao mesmo tempo, são ajustadas e modificadas pela sociedade nesses arcos

temporais. Por conta disso, Corumbá é resultado de diversos planejamentos urbanos: a estrutura em formato de tabuleiro de xadrez, pensado e aplicado por Hipodamo de Mileto e os edifícios civis, religiosos e militares em pontos estratégicos, aplicados de forma recorrente em cidade portuguesas e trazidos ao Brasil no período nas navegações. Outra característica das cidades portuguesas encontrada em Corumbá é a divisão entre a cidade baixa, local dos armazéns e do comércio devido à proximidade com o porto e a cidade alta, espaço onde as residências e outras construções eram erguidas.

Imagem 21 - Porto de Corumbá em 1910.



Fonte: Álbum Graphico do Matto Grosso. (1914).

Em relação à inspiração para a decoração empregada em todos os edifícios do município, principalmente ao estilo grego antigo, Giovane Teodoro de Brito Chaparro descreve que em 1880,

> a Província de Mato Grosso, tendo superado grande parte das dificuldades de recuperação do pós-guerra, passou a contar com duas linhas regulares de navegação a vapor: uma via que vinculava Cuiabá, Montevidéu e Rio de Janeiro sob responsabilidade da Companhia Nacional de Navegação a Vapor, com subvenção estatal desde a criação em 1872; a segunda linha interligava o percurso de Cáceres a Assunção, passando por Corumbá (2020, p. 45).

Os barcos que faziam o trajeto que ligava Cuiabá, Montevidéu e Rio de Janeiro não carregavam somente mercadorias, mas também pessoas e ideias. Assim, a decoração empregada em grandes cidades, como Rio de Janeiro,

Montevidéu e Buenos Aires, uma vez que também fazia parte da Bacia do Prata – espaço de grande circulação de navios na América do Sul no século XIX –, chegava nas localidades onde havia um porto. Essas capitais sul-americanas eram influenciadas pelas capitais europeias, com sua arquitetura renascentista muito marcante nos grandes edifícios dessas cidades. Dessa forma, adotar essa arquitetura nas colônias era uma maneira que as elites locais encontraram para se aproximar das suas metrópoles, buscando alcançar melhorias para as colônias ou interesses pessoais. Seja como for, essa decoração renascentista vai ser empregada em todas as regiões do Brasil, porém, ganhando contornos próprios em cada uma dessas localidades.

2. O NASCIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra patrimônio, *patrimonium,* era largamente utilizada na Roma Antiga e se referia à herança herdada do pai (*pater*) de família (FUNARI; FERREIRA, 2015, p. 136): esposa, filhos, móveis, imóveis, escravos e animais. Dessa forma, os antigos romanos entendiam o conceito de patrimônio aplicado à esfera privada, sendo negociado ou deixado em testamento pelo pai. Até a Revolução Francesa (1789), o patrimônio se restringia às coleções particulares, de aristocratas ou homens ricos, de objetos produzidos durante o período da Antiguidade (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15).

Durante a Revolução Francesa, foi criada uma comissão para a preservação dos monumentos nacionais (CHOAY, 2001). Após esse acontecimento, haverá uma expropriação dos bens do clero e da nobreza, transferindo-os para a nação, que os abrigará em diversos museus espalhados pelo território francês. A partir da instalação da Primeira República (1792), sob a fase do terror, a obra dos revolucionários será destruir ideologicamente uma parte destes bens. Isto resultará em uma reação imediata para defender aquilo que foi destruído no processo revolucionário. Contudo, essa preservação do patrimônio histórico assumiu um significado político de conservar a riqueza e a totalidade daquilo que está sendo construído enquanto patrimônio nacional. (CHOAY, 2001).

No século seguinte, o projeto de construção dos Estados-Nacionais se apropriou de todos esses objetos para a confecção de uma única narrativa a

respeito da história da França, contribuindo para o sentimento de pertencimento que todos os habitantes dessa recém-nação deveriam compartilhar. Como o patrimônio histórico ajudava na construção e fixação da História da França, em 1887 foi criada a primeira lei francesa de proteção ao patrimônio, que viria a ser complementada em 1906 (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 19).

Cabe aqui ressaltar que essas primeiras leis que surgiram, no início do século XX, em diversos países como o intuito de preservação do patrimônio, tendiam a considerar exclusivamente como bens patrimoniais aqueles que auxiliavam na construção do Estado Nacional e, principalmente os bens físicos, como edifícios, estátuas e monumentos. Outro elemento importante a ser considerado como patrimônio é aquele que se insere na esfera do excepcional, do belo, daquilo que é único na sociedade e, dessa forma, deveria ser preservado. A última etapa concretizada para auxiliar na preservação dos objetos elencados como patrimônio foi a criação dos institutos de proteção patrimonial, que gerenciavam os trabalhos e a administração desses bens tombados. As políticas patrimoniais tiveram seu início na Europa e foram pensadas para criar uma identidade nacional. Portanto, castelos, igrejas e tudo aquilo que estava ligado às elites foram preservados, logo, excluíam-se qualquer contribuição cultural ou histórica da população.

O Brasil acompanhou as discussões a respeito do patrimônio histórico que estavam ocorrendo em outros países. As políticas públicas de preservação do patrimônio foram criadas por Getúlio Vargas com a intenção de construir uma identidade nacional, uma memória coletiva a partir de determinados momentos da história. Em 1934, na Constituição da República Federativa, já havia um artigo que proibia a subtração de obras de arte do território nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44). Em 1936 seria o ano de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que depois daria origem ao IPHAN. Em 1937, com a nova Constituição Brasileira, observamos uma ampliação de leis de proteção do patrimônio, submetendo, por exemplo, o poder da propriedade ao interesse do coletivo. Entretanto, mesmo com a preocupação com a salvaguarda do patrimônio histórico no Brasil, ele ainda ficaria muito restrito ao universo dos artefatos denominados “coloniais” ou “barroco-coloniais” (permanência da noção originária do ideário modernista dos anos trinta do século

XX). Basicamente, era preservado tudo o que remetia a influência europeia, como as igrejas de estilo barroco em Minas Gerais e os casarões do período colonial, ou seja, todos os edifícios associados às classes dominantes tornaram-se sinônimos de patrimônio histórico.

Para Françoise Choay (2001), o uso corrente desta expressão "patrimônio histórico" é bem recente, e remonta à década de 1960. A partir dos movimentos de 1970, novos grupos sociais começaram a reivindicar por direitos igualitários e inserção maior no mercado de trabalho e em outras esferas da sociedade. Dessa forma, surgem debates em diversas áreas de conhecimento e a concepção de patrimônio histórico também começaria a ser questionada por esses grupos, que até o momento, não se viam contemplados nas políticas de proteção desses monumentos históricos. Para Maria Cecília Fonseca (2009, 59), essas leis de preservação não contemplavam a diversidade da produção cultural no Brasil.

Entretanto, somente na Constituição Federal de 1988 que houve uma ampliação da concepção do patrimônio histórico e artístico estabelecido pelo Decreto-lei n°25, de 30 de novembro de 1937. O Art. 216 estabelece que o patrimônio cultural brasileiro são

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, Art. 216).

Assim, esse artigo passa a reconhecer as expressões artísticas, culturais e as relações com o meio ambiente. Porém, esse registro somente seria realizado a partir do decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, designando os quatro livros de registros: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e do Lugares.

No caso de Corumbá, encontramos diversos bens, materiais e imateriais, tombados pelo IPHAN: Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá (Casario do Porto de Corumbá), Forte Junqueira, Modo de fazer a Viola de Cocho e Banho de São João de Corumbá e Ladário. A Casa de Cultura Luiz de Albuquerque ("ILA"), Catedral Nossa Senhora da Candelária – Corumbá/MS já são bens tombados em nível estadual através da Fundação de Cultura do

Mato Grosso do Sul (RODRIGUES, 2018a), ou seja, várias fachadas selecionadas para esse artigo estão protegidas por leis federais ou estaduais.

Contudo, mesmo com as diversas leis nos âmbitos federal, estadual e municipal, é perceptível a falta de preservação das fachadas ou das construções do século XIX e início do século XX no Brasil. Esta prática está ligada a diversas questões,[7] que neste momento citarei duas: a primeira se refere à exclusão da maioria da população na escolha dos bens culturais a serem protegidos, causando uma falta de afeto, preservação e reconhecimento pelos bens já tombados, pois haveria "um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse de modo algum, relevante ou digna de atenção" (FUNARI; FERREIRA, 2015, p. 138). Outra importante questão ligada às dificuldades de preservação do patrimônio material está conectada com a ideia de progresso, pois alguns grupos entendem que a preservação de um casarão do século XIX não seria atrativo para o estabelecimento de espaços voltados para o comércio – principalmente no centro da cidade – já que, por não terem características modernas, acarretariam em um atraso econômico para a cidade. Isso é visível na cidade de Corumbá, onde há um movimento pelo envidraçamento das janelas, ou seja, a troca das janelas de madeira antigas por vidro e a cobertura total das fachadas por vidros espelhados, o que seria um sinal do progresso econômico das cidades.

Entretanto, a partir da pesquisa a respeito do planejamento e desenvolvimento urbano de Corumbá foi possível observar, através das fotografias do início do século XX, que diversos edifícios ainda mantêm várias de suas características iniciais, mesmo abrigando outras órgãos ou atividades atualmente. As edificações do Casario do Porto agora hospedam restaurantes, bares, lojas de aluguel de equipamentos para esportes náuticos. Na antiga Alfândega foi instalado o Escritório Técnico do Iphan e a Casa Vasquez & Filhos

[7] Para mais exemplos, sugiro a leitura seguintes textos: FUNARI, P. P. A.; FERREIRA, L. M. Desafios para a Preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil. In: **Patrimônio Cultural Plural**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015, v. 1, p. 135-143 e RODRIGUES, Wanessa Pereira. **O Patrimônio Cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local:** estratégias que podem contribuir para a reversão de tal quadro. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – à distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Corumbá – MS.2018. Polo Barretos – SP.

sedia o Instituto do Homem Pantaneiro. Mesmo na região do entorno que, como mencionado anteriormente, não apresenta leis municipais de preservação, muitos dos prédios construídos no final do século XIX mantiveram as suas fachadas, sendo o interior remodelado de acordo com as necessidades atuais, assim como muitas residências em diversos pontos da cidade.

Apesar disso, a preservação do patrimônio na cidade se insere muito mais em iniciativas pontuais e individuais, do que de leis que contemplem as vozes da comunidade. A partir disso, é indispensável discutir sobre a memória coletiva, pois só a partir dela que podemos estabelecer uma relação de identificação com os bens culturais, ou seja, isso possibilita a preocupação em preservar a cultura material e imaterial por parte da população, mesmo por aqueles espaços tombados sem a consulta às comunidades. Um dos ambientes importantes para que essas discussões sobre memória, patrimônio cultural e pertencimento é a escola. É nesse espaço que essas discussões podem ser apresentadas para os alunos a partir dos professores ou através de parcerias com o órgão responsável pela gestão do patrimônio no município[8]. Entretanto, muitas escolas ainda não apresentam, em seus currículos o patrimônio cultural como um componente curricular e muitas prefeituras não desenvolvem projetos para levar essa discussão para diversos espaço, não somente a escola.

3. MONUMENTO HISTÓRICO E OS USOS DO PASSADO

A escolha da cidade como fonte de pesquisa se insere dentro da perspectiva da memória, uma vez que considero os edifícios como locais onde as lembranças são ativadas a todo o momento. As fachadas das construções, assim como os monumentos (LE GOFF, 2003), perpetuam as lembranças individuais e coletivas dos moradores da localidade, já que algumas fachadas mais bem elaboradas passam a fazer parte do imaginário do município, como é o caso da Casa Vasquez & Filhos, com sua águia imponente no topo do edifício.

[8] No caso de Corumbá, há uma iniciativa da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico para levar as discussões a respeito do patrimônio cultural e da sua preservação para as escolas, porém, ressalto que essa atividade não faz parte do componente curricular das escolas do município.

Imagem 23 - Prédio do antigo comércio denominado Casa Vasquez & Filhos, que abriga o Instituto do Homem Pantaneiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2022.

A palavra monumento é derivada do latim *monumentum* e do verbo *monere* e carrega consigo a ideia de fazer memorar, evocar o passado (LE GOFF, 2003, p. 526). Dessa forma, o monumento tem como atributo o poder de perpetuar a memória coletiva. Choay (2001, p. 18) complementa essa atribuição do patrimônio ao afirmar que ele remete a uma memória viva através da emoção e é através dessa afetividade que ele garante a preservação da identidade daquela sociedade que o projetou. O monumento histórico apresenta outra definição, ligado a uma perspectiva histórica ou artística, posterior ao período de sua criação (FONSECA, 2009, p. 49), sendo atribuído a ele características que estariam ausentes no momento da sua concepção.

A Casa Vasquez & Filhos é um exemplo da transformação de um edifício em monumento histórico. Essa edificação foi construída próxima ao porto de Corumbá para abrigar o comércio e o estoque, no andar térreo e, no primeiro andar, era a residência da família Vasquez. Como crescimento da economia da região no final do século XIX, a construção recebeu o acréscimo de mais um andar. Com o fim das atividades portuárias na cidade em meados do século XX, toda essa região foi abandonada. Ela somente será restaurada a partir do

momento de seu tombamento, junto com outros monumentos históricos daquela região portuária. Ao se deparar com a Casa Vasquez & Filhos, a primeira sensação é o sentimento de afetividade que a população tem com essa estrutura. O segundo passo é o ato de lembrar de um passado próspero da cidade e o seu declínio, ligados ao campo histórico e o restauro de todos os elementos artísticos, ligado ao campo da arte. São esses dois campos que nortearam a escolha desse espaço como importantes de serem salvaguardados.

Assim como a concepção de patrimônio histórico passou por diversas mudanças ao longo dos séculos, o estudo da História Antiga passou por grandes alterações a partir dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970 (SILVA; FUNARI, 2021). Novos sujeitos históricos, novas fontes históricas e novas abordagens ampliaram as possibilidades dos estudos antigos. O chamado usos do passado tornou-se um campo bastante explorado pelos estudos históricos, que apresenta a preocupação de entender como houve a manipulação do passado por grupos no poder para legitimar os seus discursos e as suas práticas vigentes. A tradição clássica na arquitetura, neste trabalho, insere-se nessa vertente, uma vez que vários elementos arquitetônicos da cultura grega são encontrados em Corumbá, como demonstrei anteriormente. Nesse caso, torna-se perceptível a premissa que o passado, não necessariamente, ficou preso a um arco temporal específico. No caso dos elementos da História Antiga, eles foram retomados em outros momentos históricos, como o Renascimento e, no caso específico deste trabalho, na arquitetura do século XIX.

Cabe aqui salientar que essa apropriação do passado passa por uma adaptação do período histórico na qual ela será empregada, além da escolha pessoal ou coletiva de quem a selecionou. Além disso, a escolha por determinado estilo arquitetônico, tamanho ou local onde esses elementos serão construídos influenciam na imagem que esses espaços querem passar para o seu público, legitimando algum poder, criando uma identidade ou revelando o status econômico do proprietário, como afirma Sávio Maia Rodrigues (2018). Isso pode ser observado na fachada da Igreja Nossa Senhora da Candelária, do Museu de História do Pantanal e da Casa Luiz de Albuquerque, com seu pé direito alto, com os capitéis ornamentados, principalmente o coríntio, que

necessita de mais tempo para ser concluído, o que dispensaria mais dinheiro investido.

Outro elemento interessante dos usos do passado se insere na percepção que a população tem a respeito da Antiguidade. Os grandes templos, os mistérios das Pirâmides do Egito, as múmias, a cerâmica antiga são alguns exemplos dessa percepção. A escolha das colunas presentes na fachada da loja maçônica de Corumbá (imagem 20) remete às robustas colunas dos templos antigos, que circundavam todo o edifício. Apesar das colunas da loja maçônica não serem de sustentação, como no caso das construções da Antiguidade, elas estão presentes na face da frente do terreno, trazendo a ideia de eternidade, pois muitos templos, mesmo sofrendo com os danos causados tempo, pelas guerras e ou pela falta de conservação, ainda apresentam algumas colunas intactas, como o caso do Templo da Concórdia, em Agrigento (imagem 5). Portanto, a seleção das colunas tem o intuito de passar o sentimento de confiança para o frequentador, uma vez que não importa o que aconteça, aquela instituição, representada naquele edifício, continuará resistindo ao tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a urbe, observamos que muitas fachadas ainda estão preservadas, seja por estarem nas áreas tombadas e receberem incentivo governamentais, como no caso do Casario do Porto, abrigando restaurantes, lojas e o Muhpan, ou da Casa de Cultura Luiz de Albuquerque, seja por iniciativa dos proprietários. Entretanto, outras estão destinadas ao desaparecimento devido à falta de manutenção (imagens 10 e 11) ou de reformas que não se preocupam em manter as características originais. Alguns edifícios estão abandonados há algumas décadas, pois o reboco já não existe mais, revelando as paredes de pedras das construções mais antigas, além de plantas se desenvolvendo nas fachadas, provocando danos estruturais.

A salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil ainda encontra muitos entraves que, em alguns momentos, parecem intransponíveis. A proposta deste artigo foi apontar as diversas possibilidades em se trabalhar com esse patrimônio material: os elementos arquitetônicos que contam como foi a passagem do

tempo por aquela cidade, os usos do passado nas edificações e planejamentos da urbe, os valores simbólicos atribuídos às fachadas, o sentimento de pertencimento e a construção das identidades. Todos esses tópicos podem ser desenvolvidos em diversos espaços escolares pelas diferentes áreas de conhecimento, fomentando os debates e a reflexão por parte dos alunos e das alunas a respeito da educação patrimonial. Desse modo, as próximas gerações entenderão que a preservação do patrimônio cultural vai além do ato do tombamento daquele bem, incluindo a comunidade em todo o processo de seleção desses bens, promovendo toda a afetividade responsável pela preservação da cultura e da história daquela região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTOTLE. **Aristotle in 23 Volumes**, Vol. 21, translated by H. Rackham. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1944.

BOSSI, B. **Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas:** com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais. tradução de Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto n° 3.551, de 4 de Agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Brasília, DF, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 24 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n°25, de 30 de novembro de 1937.** Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Brasília, DF, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 24 mai. 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

Corrêa, Lúcia S. **Corumbá**: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso 1870 – 1920, SLED, 1981.

_____. **História e fronteira:** o Sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. **Corumbá:** Terra de Lutas e de Sonhos. Brasília-DF: Editora do Senado Federal, 2006.
DELVIZIO, João Bosco Urt. **Patrimônio arquitetônico de Corumbá:** um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco], 2004. https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7947-patrimonio-arquitetonico-de-corumba-um-olhar-sobre-a-arquitetura-moderna-na-perspectiva-da-memoria-e-desenvolvimento-local.pdf.
DUARTE, Cláudio. W. G. Aspectos preliminares para estudar a arquitetura dos templos gregos na antiguidade. In: **Perspectivas e Diálogos:** Revista de História Social e Práticas de Ensino. v. 1, n. 2, p. 132-150, 2018. https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/6066.
Fernandes, Hélènemarie Dias. **A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do porto geral de Corumbá-MS no contexto de desenvolvimento local.** [Dissertação de Mestrado Acadêmico, Universidade Católica Dom Bosco], 2009. https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8105-a-re-territorializacao-do-patrimonio-cultural-tombado-do-porto-geral-de-corumba-ms-no-contexto-do-desenvolvimento-local.pdf.
FONSECA, M. C. L. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ***Memória e patrimônio:*** *ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.
FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
FUNARI, Pedro Paulo Abreu.; Ferreira, Lúcio M. Desafios para a Preservação do Patrimônio Arqueológico no Brasil. In: **Patrimônio Cultural Plural.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. p. 135-143.
LAWRENCE, A. W. **Greek architecture**. England: Yale University Press, 1983.
OLIVEIRA, Marco Aurélio M. de; JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. In: **Revista Transporte y Territorio**. n. 15, p. 388-403, 2016. DOI**:** https://doi.org/10.34096/rtt.i15.2867
REZENDE, R. H. **Formas arquitetônicas clássicas em edifícios religiosos do Período Bizantino.** [Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo], 2006. DOI:10.11606/D.71.2007.tde-09052007-122147
RODRIGUES, Sávio M. Grécia Antiga e Usos do Passado? sobre a arquitetura antiga e o tempo presente. In: **Anais do XIV Encontro de História da ANPUH/MS - "História: o que é, quanto vale, para que serve?"**, p. 1-10, 2018. http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1542813927_ARQUIVO_GreciaAntigaeUsosdoPassadosobreaarquiteturaantigaeotempopresente.pdf
RODRIGUES, Wanessa. P. **O Patrimônio Cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local:** estratégias que podem contribuir para a reversão de tal quadro. [Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização, Universidade de Brasília], 2018a. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22332/1/2018_WanessaPereiraRodrigues_tcc.pdf
RODRIGUEZ, A. **Art and Architecture of Ancient Greece**. Delhi: The English Press, 2012.

ROTH, L. M. **Entender a arquitetura:** seus elementos, história e significado. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.
SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In ***Memória e patrimônio:*** *ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58.
SENA, Divino M. de. A Câmara Municipal de Corumbá e os Festejos Públicos: Período Imperial. In: **Revista GeoPantanal**. n. 19, p. 39-57, 2015. https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/1262
_____. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá.** [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados], 2017. https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/Tese.-Divino-Marcos-de-Sena.-2017.pdf
SILVA, Filipe N.; FUNARI, Pedro Paulo A. A presença da Antiguidade no livro didático de História. In: **Educação, ensino e os estudos clássicos**. São Paulo: Editora Odysseus, 2021. p. 236-257. ISBN: 978-65-88738-05-4.
TEIXEIRA, M. C. As cidades medievais portuguesas. As cidades muçulmanas dos sécs. VIII-XIII. As cidades cristãs planeadas dos sécs. XIII-XIV. In: **As cidades no tempo**. Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 129-152.
WYCHERLEY, R. E. Greek Town-Planning. In: **How the Greeks Built Cities**. Tradução: Maria B. B. Florenzano. Nova Iorque: Macmillan, 2002. p. 15-35.